

Governo revoga decreto que liberava mensalidades

O ministro da Educação, Hugo Napoleão, anunciou no começo da noite de ontem a revogação do decreto que estabelecia liberdade para as escolas reajustarem suas mensalidades e a aprovação pelo presidente Sarney de um novo decreto que fixa a URP — Unidade de Referência de Preços — como índice base para tais reajustes.

Pela fórmula estabelecida pelo decreto, as escolas de Brasília poderão cobrar, em abril, uma mensalidade máxima correspondente à de dezembro com um adicional de 160%. As que cobraram a mais serão obrigadas a restituir a diferença aos alunos ou compensá-las nas próximas mensalidades. Esta restituição não será feita com correção monetária.

O decreto estabelece, porém, que as mensalidades poderão ter aumentos superiores aos fixados por ele, caso haja negociação e acordo entre a escola e as associações de pais e mestres, diretórios ou centro acadêmicos, ou ainda a maioria absoluta dos representantes legais dos alunos. Tais acordos deverão ser homologados e fiscalizados pelos Conselhos de Educação dos Estados ou do Distrito Federal.

Pela fórmula estabelecida pelo decreto 95.921, assinado ontem, os reajustes serão feitos tomando por base a mensalidade de dezembro e aplicando-se, mensalmente sobre ela o índice referente à URP do mês. Esta regra só não será observada no mês em que houver a data-base de reajustes salariais dos professores e outros empregados das escolas particulares. Neste mês, o reajuste será feito computando-se 70% do índice de aumento do pessoal das escolas mais 30% da URP.

No caso de Brasília, a data-base foi em março e o aumento dos professores, 96,42%.

Por retroagir a sistemática de reajustes a dezembro, determinando a devolução de mensalidades cobradas a mais, o ministro admite que os donos de escolas poderão entrar na Justiça com ações contra o decreto. Napoleão disse ainda que certamente os donos de escolas "não ficarão felizes com o decreto". Ante a observação de que muitos donos poderão decidir fechar suas escolas, alegando prejuízos, o ministro afirmou: "Quem resolver fechar escola que traga a chave ao Ministério da Educação, que eu saberei o que fazer com elas".

Napoleão: faltou vigilância

"No Brasil, clama-se por privatização, pede-se a desestatização, o meu próprio partido defende a economia liberal mas toda vez que o Estado se retira, como agora na questão das escolas, há uma verdadeira pantomima, pede-se a volta do Estado, da intervenção do Estado". Quem fez essa afirmação, ontem, foi o ministro da Educação, senador Hugo Napoleão, ao explicar aspectos do decreto que revogou a "liberdade vigiada" para os reajustes das mensalidades escolares. Segundo o ministro, houve "um excesso de liberdade e nenhum tipo de vigilância" sobre as escolas particulares. Mas, ponderou, também se decidiu atribuir uma margem de lucro (10 por cento) para as escolas, a fim de que elas possam manter a qualidade do ensino que

oferecem. Hugo Napoleão frisou que foi justamente em função da confiança depositada pelo governo nas escolas que se demorou a intervir na questão. "Foi por isso, inclusive, que pedimos aos estabelecimentos particulares que apresentassem suas planilhas de custos, o que eles não chegaram a fazer, afirmou. Outro aspecto importante do novo decreto regulamentando os reajustes de mensalidades, destacado pelo ministro da Educação, foi o que visa a "facultar e viabilizar os acordos nas escolas, toda vez em que as associações de pais, com a direção do estabelecimento, chegarem a um entendimento. Nesses casos, disse Hugo Napoleão, mesmo que o índice acertado seja superior ao estabelecido pelo Governo e MEC não vai intervir.